

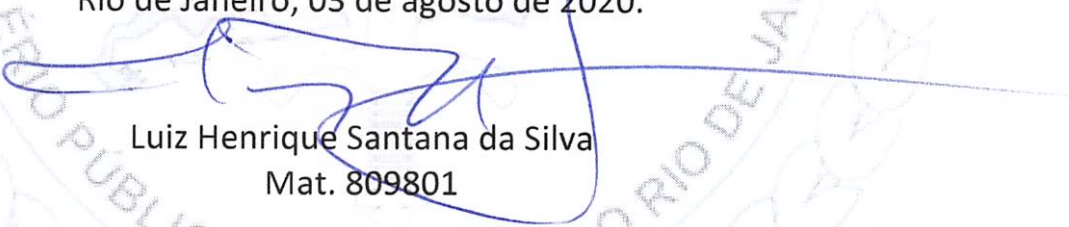
MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE CONCLUSÃO

Procedo, nesta data, abertura de vista dos autos em epígrafe, ao I. Promotor de Justiça Coordenador do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Mota, em razão da juntada:

1. Do Ofício 2ª PJTC nº 1127/20 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí que encaminha o Of. SEAS/SUBEXEC SEI N 15 – MPRJ 2020.00038579 (fls.114/120).

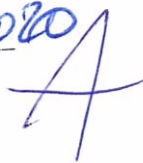
Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2020.


Luiz Henrique Santana da Silva
Mat. 809801

À Secretaria:
Determino o retorno dos autos à secretaria, para a juntada dos documentos por ela recebidos.
Após, voltem os autos conclusos

Rio de Janeiro, 31/07/2020

José Alexandre Maximino Mota
Promotor de Justiça
GAEMA



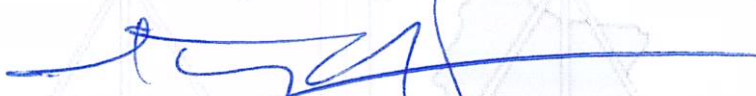
MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE JUNTADA

Procedo, nesta data, juntada:

1. Do Ofício 2PJTC nº 1359/20 – recebido por e-mail.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020.



Luiz Henrique Santana da Silva
Mat. 809801



Ofício 2PJTC n 1359/20 - PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778.

Renata Simões Da Silva <rsimoes@mprj.mp.br>

Qui, 13/08/2020 14:48

Para: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

📎 2 anexos (385 KB)

Ofício nº 1359 2020 GAEMA - Assinado.pdf; 1122.pdf;

Prezados,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o Ofício 2PJTC n 1359/20, para juntada ao PA 163/2020 MPRJ 201900978778.

Att,

Renata Simões da Silva
Sec. da 2ª PJTC Núcleo Itaboraí
Matr. 3182
Tel.: (21) 2645-6950

Ofício 2ª PJTC nº 1359/20

12 de agosto de 2020

Ref: Ofício INEA/OUVID SEI Nº 1122/2020

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o expediente em epígrafe, para juntada ao PA 163/2020 MPRJ 201900978778, que corrobora as informações prestadas pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, através do Ofício SEAS/SUBEXEC SEI nº 15/2020, de 13/01/2020, que atestou o cumprimento do item 5.1.11.2 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO
GONCALVES
VERAS
GOMES:08913
853710

Assinado de forma
digital por TIAGO
GONCALVES VERAS
GOMES:0891385371
0
Dados: 2020.08.12
13:23:16 -03'00'

A Sua Excelência

Doutor **JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA**

Coordenador do GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do GAEMA
Avenida Marechal Câmara, nº370, 6º andar - Centro – Rio de Janeiro
Cep: 20020-080



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI Nº 1122/2020

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2020

Ilmo. Senhor

Dr. Tiago Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref: Ofício 2ª PJTC nº 1527/19

PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, foram solicitadas informações e o encaminhamento dos documentos comprobatórios do adimplemento tempestivo da obrigação contida no item 5.1.11.2 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Neste sentido, sirvo-me do presente para corroborar com as informações prestadas pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, através do Ofício SEAS/SUBEXEC SEI nº 15/2020, de 13/01/2020, em resposta a demanda de igual teor, que atestou o cumprimento do indigitado Item.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos daquele setor, bem como nas declarações do seu respectivo corpo técnico.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Fabiana Coelho da Silva

Ouvidora do INEA

ID nº 4274288-9

Anexos:



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva, Ouvidora**, em 10/08/2020, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **6967130** e o código CRC **12231E12**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/003919/2019

SEI nº 6967130

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

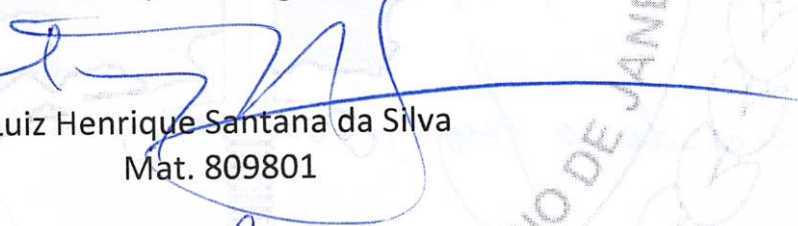
MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE CONCLUSÃO

Procedo, nesta data, abertura de vista dos autos em epígrafe, ao I. Promotor de Justiça Coordenador do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Mota, em razão da juntada:

1. Do Ofício 2PJTC nº 1359/20 – recebido por e-mail (fls.123/125).

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020.



Luiz Henrique Santana da Silva
Mat. 809801

244 {
1- Conteúdo do processo.
2- Com cópia de fl. 134/134-verso
do P.A nº 152/2019 (MPRJ nº 2019.
00978517) e de fl. 104/105 do
presente, oficie-se (por e-mail) à
SUBCON/SEAS - email subcon.Ambient

- , na pessoa do Sr. Senhor Antonio Marcos Boreto,
para que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias,
preste informações atualizadas sobre: (I) eventual alteração
do Grupo de Trabalho de que trata a Resolução Conjunta
SEAS/INEA nº 14, de 19/11/2019; (II) o status de
cumprimento (v.g. em percentuais de plantio e conservação) dos
subitens i, ii e iii da cláusula 2ª, Item S.1.11.2, do TAC
COMPERJ de 09/08/2019.

3) Decorrido o prazo, com ou sem resposta, abra-se
nova vista.

Rio de Janeiro, 09 de Junho de 2020


José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870

GAEMA - Ofício 244/2020/GAEMA - MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

Qui, 10/09/2020 14:02

Para: subcon.ambiente@gmail.com <subcon.ambiente@gmail.com>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

📎 3 anexos (2 MB)

244 - GAEMA - SUBCON.SEAS.pdf; 134.pdf; 104 105.pdf;

Ref.: MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Assunto: solicitar informações

Ilmo. Sr. **Antônio Marcos Barreto**

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima da Seas

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Dr. José Alexandre M. Mota, Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente- GAEMA, sirvo-me do presente para encaminhar o Ofício 244/2020/GAEMA.

Gentileza acusar o recebimento do presente e-mail, bem como de seus anexos.

Atenciosamente,

Laura Monnerat Richa Malzac Franco

Técnico Administrativo

Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2215-6464



VISTA DE Ofício

- ① A Sentença para Yuntem cópia do e-mail ("RES: TAC1 - COMPERJ - Solicitação de Agendamento com o GACEN") que segue em separado nos autos.
- ② Outrossim, e com o auxílio da ouvidora (ouvidor MATHEUS ALEXCAR), considerando a mudança de gestor (v.g. SubSECR. de Convocação), reter o e-mail constante do anverso (fl. 127), do feito para o mesmo e-mail constante do anverso (fl. 127) e para os seguintes: OUVIDORIA, SEASO ambiente RJ, GOU. BR e rafael Esteves (rafaelEsteves03@gmail.com). Em tempo: fixar o prazo de 30 (trinta) dias para reprodução e Yuntem aos autos cópia do Of. 244 (244) / 2020 / GACEN.
- ③ Devido o prazo retro, com ou sem reprodução, abre-se nova VISTA.
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2020.
José Alexandre Maximino Mo
Promotor de Justiça
GACEN

**RES: TAC1 - COMPERJ - Solicitação de Agendamento com o GAEMA**

Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

Qui, 15/10/2020 17:37

Para: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>; GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

Cc: Clayton Verissimo Hashimoto <hashimoto@petrobras.com.br>; Aline Duarte Henriques <alinehenriques@petrobras.com.br>; Deivis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>; Alessandro de Castro Melo <alessandro@petrobras.com.br>; Rafael Costa Guerreiro <rguerreiro@petrobras.com.br>; Daniele Lomba Zaneti Puelker <danielelomba@petrobras.com.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; Fabio Ribeiro da Silva <fabio.ribeiro@petrobras.com.br>; Luciana Chamusca Ferreira Guerra <luchamusca@petrobras.com.br>; Fabio Machado Grilo <fabiomgrilo@petrobras.com.br>

📎 1 anexos (2 MB)

TAC1_COMPERJ_5.11.1.2..pdf;

Prezado Dr. José Alexandre:

Muito obrigada pela reunião de hoje.

Segue, em anexo, conforme combinado, a apresentação feita.

Aguardaremos o seu contato com a posição formal.

Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

Margareth Michels Bilhalva

Consultora JURIDICO/GG-CI/JAMB

tel 21 – 32240346 e cel 21 976154521

Petróleo Brasileiro SA

De: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Enviada em: quinta-feira, 8 de outubro de 2020 19:36

Para: Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>; GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

Cc: Clayton Verissimo Hashimoto <hashimoto@petrobras.com.br>; Aline Duarte Henriques <alinehenriques@petrobras.com.br>; Deivis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>; Alessandro de Castro Melo <alessandro@petrobras.com.br>; Rafael Costa Guerreiro <rguerreiro@petrobras.com.br>; Daniele Lomba Zaneti Puelker <danielelomba@petrobras.com.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>

Assunto: RE: TAC1 - COMPERJ - Solicitação de Agendamento com o GAEMA

Prezada Dra. Margareth M. Bilhalva, boa noite.

Cumprimentando-a cordialmente, e desejando igualmente que V.S^a e seus colegas estejam bem de saúde, sirvo-me do presente para agradecer pelo vosso contato/e-mail, logo abaixo, e, aquiescendo com a proposição nele contida, sugerimos o **dia 15/10/2020, às 14h**, para nos reunirmos. Como parte de nossa equipe está em regime de teletrabalho ("remoto"), gostaria de sugerir que pudéssemos nos reunir virtualmente, pela plataforma teams (o link será enviado até o dia 13/10, caso concordem com a sugestão).

Seguimos à disposição.

Atenciosamente,

José Alexandre Maximino Mota
Promotor de Justiça
GAEMA/MPRJ

De: Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

Enviado: quinta-feira, 8 de outubro de 2020 11:51

Para: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

Cc: Clayton Verissimo Hashimoto <hashimoto@petrobras.com.br>; Aline Duarte Henriques <alinehenriques@petrobras.com.br>; Deivis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>; Alessandro de Castro Melo <alessandro@petrobras.com.br>; Rafael Costa Guerreiro <rguerreiro@petrobras.com.br>; Daniele Lomba Zaneti Puelker <danielelomba@petrobras.com.br>

Assunto: TAC1 - COMPERJ - Solicitação de Agendamento com o GAEMA

Prezados:

Bom dia! Espero que estejam todos bem de saúde.

Estamos entrando em contato para marcação de reunião com o GAEMA sobre o cumprimento de uma obrigação do TAC1 do COMPERJ de restauração florestal dentro da área intra-muros do antigo empreendimento denominado COMPERJ. Gostaríamos de um alinhamento e alguns esclarecimentos a fim de evitarmos questionamentos futuros.

Seria possível?

Desde já agradecemos imensamente.

Atenciosamente,

Margareth Michels Bilhalva

Consultora JURIDICO/GG-CI/JAMB

tel 21 – 32240346 e cel 21 976154521

Petróleo Brasileiro SA

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Enviada em: quinta-feira, 8 de outubro de 2020 11:43

Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

Cc: Clayton Verissimo Hashimoto <hashimoto@petrobras.com.br>; Aline Duarte Henriques <alinehenriques@petrobras.com.br>; Deivis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>; Alessandro de Castro Melo <alessandro@petrobras.com.br>; Daniele Lomba Zaneti Puelker <danielelomba@petrobras.com.br>

Assunto: RE: TAC1 - COMPERJ - Solicitação de Agendamento com o GAEMA

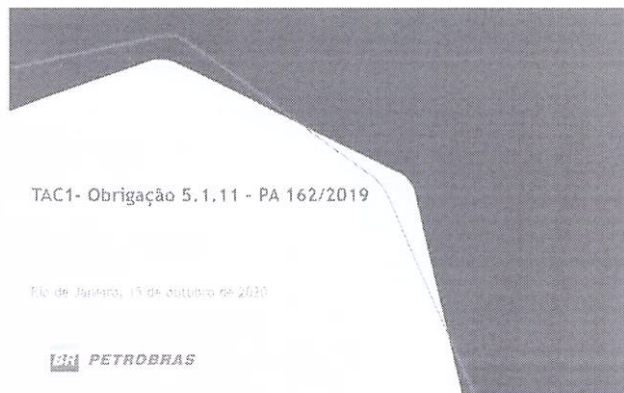
Prezada Dra. Margareth,

Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para informar, conforme determinado pelo Exmo. Dr. Tiago Veras, que o e-mail do GAEMA é secgaema@mprj.mp.br.
Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Cristina Alfradique

Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí



CONTEXTO

PETROBRAS

Compromisso Total da Restauração Florestal do Comperj

Condicionante		Compromisso (ha)
TC Restauração (LP COMPERJ)	em áreas internas	2.205,00
	em áreas externas	2.084,40
Estrada convento		221,00
Estrada UHOS		35,00
UPB		33,40
Dutos		119,00
Emissário*		7,50
Linha de transmissão		1,00
Gasodutos		0,00
Canteiros Serra de Inoã		1,00
Total		5.005,80

OBRIGAÇÃO 5.1.11 - CELEBRAR TCRF

PETROBRAS

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal - TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativos à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8 ha,

OBRIGAÇÃO 5.1.11 - SITUAÇÃO ATUAL

PETROBRAS

- TCRF 01/2019 assinado em 09/09/2019
- Primeira parcela paga em 14/10/2019
- Segunda parcela* paga em 04/09/2020

OBRIGAÇÃO 5.1.11.1 - SITUAÇÃO ATUAL

 PETROBRAS

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEASTNEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 *supra* com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mato Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

- Depósito realizado em 14/10/2019. Obrigação atendida.

OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - MEDIDA COMPENSATÓRIA ADICIONAL

 PETROBRAS

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

RESUMO DO COMPROMISSO


 PETROBRAS

i. Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu.

ii. Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ.

iii. Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiçu Grande Vida.

OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - SITUAÇÃO ATUAL

 PETROBRAS

i. Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu.



OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - SITUAÇÃO ATUAL

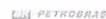


ii. Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ.

Ações previstas:

- Manutenção de aceiros existentes e construir outros novos ao longo dos 141,81 hectares da área proposta;
- Realizar corte de cipó em áreas críticas ao longo do perímetro de da área proposta;
- Manter brigada de incêndio florestal
- Previsão de início das atividades em Dezembro/2020

OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - SITUAÇÃO ATUAL



iii. Contrato de patrocínio Projeto Guapiçu Grande Vida

- Executora: Reserva Ecológica de Guapiçu – REGUA
- Objetivo: Fortalecimento do ecossistema da bacia Guapi-Macacu por meio de ações de restauração ecológica, educação ambiental, **reintrodução de fauna nativa** e **monitoramento de recursos hídricos** como estratégia de mobilização socioambiental.
- ações de restauração florestal, esperando que a área resulte na formação de um grande corredor ecológico, promovendo a ligação entre fragmentos florestais maduros existentes no seu entorno e por sua vez, promovendo o aumento do fluxo gênico entre espécies da fauna e da flora.
- Além de conectar fragmentos e aumentar o tamanho do mesmo, estas áreas são consideradas importantes à recomposição florestal por se localizarem em zonas erosão e de recarga dentro da bacia hidrográfica.

OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - SITUAÇÃO ATUAL

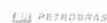


iii. Contrato de patrocínio Projeto Guapiçu Grande Vida - Fase 3 (27/12/2019 a 26/03/2022)

Ações previstas:

- Restauração Ecológica - Manutenção dos 160 ha já plantados nas fase 1 e 2 e mais 100 ha de plantio
- Educação Ambiental;
- Reintrodução de fauna nativa;
- Monitoramento recursos hídricos;

OBRIGAÇÃO 5.1.11.2 - SITUAÇÃO ATUAL



iii. Contrato de patrocínio Projeto Guapiçu Grande Vida - Fase 3 (27/12/2019 a 26/03/2022)

Visitas virtuais [Trilha Grande Vida 3x60'] :
<https://www.projeto-grande-vida.org/>



GAEMA - REITERAR Ofício 244/2020/GAEMA - MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Laura Monnerat Richa Malzac Franco <laura.franco@mprj.mp.br>

Ter, 29/12/2020 19:05

Para: SUBCON SEAS <subcon.ambiente@gmail.com>; SEAS/Ouvidoria <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>;
rafaoesteves03@gmail.com <rafaoesteves03@gmail.com>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

📎 3 anexos (2 MB)

244 - GAEMA - SUBCON.SEAS.pdf; 134.pdf; 104 105.pdf;

Ref.: MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Assunto: Reiterar ofício 244/2020/GAEMA

Ilmo. Sr. Flávio Francisco Gonçalves

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima da Seas

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Dr. José Alexandre M. Mota, Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente- GAEMA, sirvo-me do presente para REITERAR o Ofício 244/2020/GAEMA.

prazo: 30 (trinta) dias

Gentileza acusar o recebimento do presente e-mail, bem como de seus anexos.

Atenciosamente,

Laura Monnerat Richa Malzac Franco

Técnico Administrativo

Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2215-6464

De: SUBCON SEAS <subcon.ambiente@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 10 de setembro de 2020 18:32

Para: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

Assunto: GAEMA - Ofício 244/2020/GAEMA - MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Prezada Laura,

Acusamos o recebimento.

Fatima Vaz

Subcon/Seas

Em qui., 10 de set. de 2020 às 14:02, GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br> escreveu:

Ref.: MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Assunto: solicitar informações

Ilmo. Sr. Antônio Marcos Barreto

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima da Seas



Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Dr. José Alexandre M. Mota, Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente- GAEMA, sirvo-me do presente para encaminhar o Ofício 244/2020/GAEMA.

Gentileza acusar o recebimento do presente e-mail, bem como de seus anexos.

Atenciosamente,

Laura Monnerat Richa Malzac Franco

Técnico Administrativo

Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2215-6464

--

SUBCON

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 110 - 5º andar, sala 514 - Saúde

Rio de Janeiro - RJ - 20081-312

(21) 2332-5626



Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade

Ofício 244/2020/GAEMA

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2020.

Exmo. Sr. Antônio Marcos Barreto

Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima da Seas

Ref.: MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

Assunto: solicitar informações

Ilmo. Secretário,

Honrado em cumprimentá-lo, venho informar que tramita no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pelo GAEMA, o PA 163/2019 MPRJ 2019.00978778, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Com a finalidade de instruir a investigação em curso e com fulcro nos art. 129, inciso VI, da Constituição da República, art. 26, incisos I e II, da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e art. 35, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 106, de 03 de janeiro de 2003, sirvo-me do presente para solicitar, **no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que preste informações atualizadas sobre:**


(i) eventual alteração do Grupo de trabalho de que trata a Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 14, de 19/11/2019;

(ii) o *status* de cumprimento (vg. em percentuais de plantio e conservação) dos subitens i, ii e iii da cláusula 2ª, item 5.1.11.2, do TAC COMPERJ de 09/08/2019.

As referidas informações deverão ser enviadas para o endereço de e-mail secgaema@mprj.mp.br.

Sem mais, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA
Promotor de Justiça
Coord. do GAEMA

MPRJ 2019.00978778
PA 163/2019

CERTIDÃO

Certifico que cumpri as diligências elencadas na r. Promoção de fl. 127v:

1. Juntei a cópia do e-mail que veio em anexo ao r. despacho;
2. Reiterei o Ofício 244/2020/GAEMA e juntei o mencionado ofício (fls. 131/132).

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020.



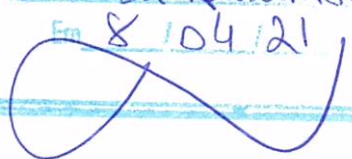
Laura Monnerat Richa Malzac Franco
Mat. 5584

VISTA

Nesta data, faço vista de

à(o) Dr. José Alexandre

Em 8 / 04 / 21



Ref.: P.A. 163/2019 - APURAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTIDA NO ITEM 5.1.11.2 DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TAC PACTUADO ENTRE O MPRJ, A PETROBRAS, O INEA E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO DE CESSAÇÃO DE AUXÍLIO 172

1 - Considerando as premissas constantes da Resolução GPGJ nº 2.401, de 10 de fevereiro de 2021 – *disciplina a atuação coletiva especializada no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências* -, notadamente a seguinte:

Considerando o vultoso acervo atualmente existente nos Grupos de Atuação Especializada e a conveniência de ser dada ciência aos Promotores Naturais do atual estágio das investigações em curso, inclusive para fins de reavaliação sobre a possibilidade de renovação dos pedidos de auxílios, levando conta os critérios objetivos estabelecidos nesta Resolução;

2 - Considerando que o art. 27 da mesma Resolução, após manter (v.g. por sessenta dias) em seu *caput* o funcionamento dos Grupos de Atuação Especializada, estabeleceu, em seu §1º, inciso II, a seguinte regra: “durante o período referido no caput, os membros designados para responder pelo expediente das estruturas ali indicadas deverão promover a paulatina devolução do acervo ou renovação do auxílio, conforme o caso”;


3 - Considerando que a finalidade do aludido ato normativo Institucional, consoante se extrai da interpretação sistemática do §2º do seu art. 28 em conjunto com os dispositivos retrocitados, teria sido a de submeter (substancialmente) o acervo do GAEMA à uma reavaliação quanto à manutenção do auxílio consentido pelo Promotor Natural e pela Coordenação de que trata o art. 5º daquela Resolução, sendo certo que, cf. publicações recentes no D.O.e. do MPRJ, a interpretação acima teria justificado a cessação em bloco de procedimentos e processos em curso em outros Grupos, como o GAECG;

4 - Considerando que, em que pese o princípio da independência funcional (também aplicável aos integrantes do GAEMA no exercício de sua atividade-fim), há que se respeitar os princípios da unidade e da hierarquia – nesta última hipótese em relação às determinações e orientações recebidas no que tange à atividade instrumental ou “meio”;

A

5 - Manifestamo-nos, pela presente, no sentido da **cessação do auxílio consentido** do GAEMA/MPRJ para atuar no procedimento em referência. À Secretaria para adotar as medidas de praxe, a começar pelo envio da presente (com cópia da portaria de instauração) por e-mail à Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada, para a adoção das medidas necessárias.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2021


JOSE ALEXANDRE MAXIMINO MOTA
Promotor de Justiça
Coord. GAEMA

GISELA PEQUENO GUIMARÃES CORREA
Promotora de Justiça
GAEMA

JULIA MIRANDA E SILVA
SEQUEIRA:11588426785

Assinado de forma digital por
JULIA MIRANDA E SILVA
SEQUEIRA:11588426785
Dados: 2021.04.08 11:51:33 -03'00'

JULIA MIRANDA E SILVA SEQUEIRA
Promotora de Justiça
GAEMA



Ofício 172/2021/GAEMA

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2021.

Ao Exmo. **Dr. Walter de Oliveira Santos**
Assessor da Assessoria Executiva
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Ao Exmo. **Dr. David Francisco de Faria**
Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada

Ref. P.A. 163/2019 -MPRJ 2019.00978778- APURAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTIDA NO ITEM 5.1.11.2 DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TAC PACTUADO ENTRE O MPRJ, A PETROBRAS, O INEA E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009919-12.2018.8.19.0023.


Assunto: Cessação de auxílio

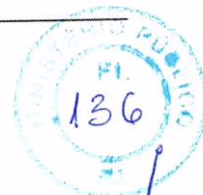
Exmo. Sr. Assessor,
Exmo. Sr. Coordenador,

Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência a cessação de auxílio prestado pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, nos autos do P.A. 163/2019 -MPRJ 2019.00978778, conforme Promoção Ministerial pela cessação do Auxílio, em anexo.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA
Promotor de Justiça
Coord. do GAEMA



Processo nº MP-2016.00317523 - GAESF - Cesso o auxílio.

Processo nº MP-2007.00150812 - GAESF - Cesso o auxílio.

DE 12.04.2021

Processo SEI nº 20.22.0001.0013596.2021-75 (Requerentes: Isabella Santos da Motta, Laís Santos da Motta e Beatriz Freitas da Motta- Assunto: Pensão por Morte) - Defiro a pensão por morte, a partir de 12 de março de 2021, nos termos do artigo 14, inciso I c/c artigo 15 da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, artigo 40, § 7º, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U. em 31 de dezembro de 2003, e artigo 23, § 8º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Aprovo a fixação.

Processo SEI nº 20.22.0001.0014230.2021-29 - Aposento, a contar de 23/04/2021. Aprovo a fixação dos proventos.

I DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL DE ATUAÇÃO COLETIVA ESPECIALIZADA

DE 12.04.2021

Processo SEI nº 20.22.0001.0014142.2021-77 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0015275.2021-41 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0014150.2021-55 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0014314.2021-89 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0014584.2021-74 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0015714.2021-22 - GAECO - Defiro.

I AVISOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** AVISA aos interessados que, transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 27 da Resolução GPGJ nº 2.401, de 10 de fevereiro de 2021, foram extintas as Forças-Tarefas de Atuação Integrada e os Grupos de Atuação Especializada criados por atos normativos anteriores.

Em consequência, estão cessados automaticamente os atos de auxílio anteriormente concedidos, restabelecendo-se a atribuição exclusiva do Promotor Natural.

Os servidores e estagiários lotados nas unidades acima ficam à disposição da Diretoria de Recursos Humanos, a contar de 12 de abril de 2021 (SEI nº 20.22.0001.0002223.2021-44).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** AVISA aos interessados que as demandas destinadas à Chefia Institucional ou aos órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça devem ser encaminhadas ao endereço eletrônico protocolo@mprj.mp.br.

I SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

I ATOS DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

DE 12.04.2021

Designa a Promotora de Justiça em atuação na 2ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Jacarepaguá, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis, nos autos do procedimento MPRJ nº 2021.00242816, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa a Promotora de Justiça em atuação na 3ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Jacarepaguá, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis, nos autos do procedimento MPRJ nº 2021.00256939, sem prejuízo de suas demais atribuições.

I DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

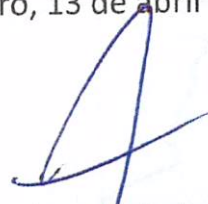


MPRJ 2019.00 978778

À Secretaria,

1. Considerando a publicação de fl. 136, retornem os autos à origem, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2021.


José Alexandre Maximino Mota
Promotor de Justiça
GAEMA

José Alexandre Maximino Mota
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 497n

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****OFÍCIO**

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 815/2021

Itaboraí, 11 de maio de 2021.

Ref.: **PA 150/2019 – MPRJ 2019.00977739**

Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, primeiramente, cumpre informar que procedimento administrativo em epígrafe apura o cumprimento da obrigação contida no item 2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: “A PETROBRAS, no referido item 2 da cláusula segunda, comprometeu-se a “(...)depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro”. O referido procedimento vinha tramitando com o auxílio do GAEMA.

Diante do objeto do presente procedimento administrativo, verifica-se a conveniência de ora se requerer o auxílio ao citado GTT, com o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática para se requerer o auxílio do GTT, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.415/21, do art. 24 da Lei nº 8.625/93, do art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e do art. 2º, caput da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Neste sentido, cordialmente, **sirvo-me do presente para remeter-lhe, em anexo, formulário de solicitação de auxílio de atuação coletiva especializada voltada à garantia da segurança hídrica no Estado do Rio de Janeiro ao Grupo Temático Temporário.**

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **DAVID FRANCISCO DE FARIA**
Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Avenida Marechal Câmara, nº 350, 6º andar - Centro – Rio de Janeiro
Email: scgace@mprj.mp.br



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 11/05/2021, às 21:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0674169** e o código CRC **67C9946C**.

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO DO GRUPO
TEMÁTICO TEMPORÁRIO VOLTADO À GARANTIA DA
SEGURANÇA HÍDRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
INSTITUÍDO PELA RES. GPGJ Nº 2415/21**

Excelentíssimo Senhor Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada,

Promotor de Justiça: Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula: 3226 (X) Titular () Designado () Auxílio

Órgão de Execução: 2ª PJTC Núcleo Itaboraí

Comarca: Itaboraí, requer a **DESIGNAÇÃO DE AUXÍLIO** do Grupo Temático Temporário instituído pela Res. GPGJ nº 2.415/21, voltado à garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro, para atuação conjunta, integrada e temporária, a título de auxílio consentido ao órgão de execução requerente, para oficiar nos procedimentos abaixo especificados, diante do disposto no art. 24 da Lei nº 8.625/93, no art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e no art. 2º, *caput* da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Os referidos procedimentos tem por objeto definido na ementa o que consta abaixo:

1) PA 150/2019 - MPRJ 2019.00977739 - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: "(...) depositar, no prazo de **150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC**, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para

e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016; A PETROBRAS no item 3.1 (a) da cláusula segunda, comprometeu-se a "(...) a título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 - trinta e cinco - dias), a importância de R\$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R\$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região"; A PETROBRAS no item 5.2.5.1 da cláusula segunda obrigou-se a "(...) eventual saldo de recursos decorrentes de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda"; O INEA no item 6.3 da cláusula terceira comprometeu-se (...) a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo primeiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização "(...) dos valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configurarem valores estimados os

abastecimento da região, com regular análise das alternativas locais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro."

2) PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517 - Apurar o cumprimento da obrigação contida no parágrafo 4º da cláusula primeira do TAC; item 3 (ii); item 3.1 (a); e item 5.2.5.1 da cláusula segunda do TAC; item 6.3 da cláusula terceira do TAC; parágrafo primeiro e parágrafo terceiro da cláusula quarta do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no Parágrafo Quarto da cláusula primeira, obrigou-se a "(...) após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação"; A PETROBRAS, no item 3 (ii) da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (ii) R\$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta

quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo terceiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização "(...) o estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido."

3) PA 162/2019 - MPRJ 2019.00978781 - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11; e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda do TAC; no parágrafo 2º, no parágrafo 3º; e no parágrafo 4º da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no item 5.1.11 Em relação à condicionante 8.4, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal - TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8 ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (Itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às

obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº 0013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da LI nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da LI nº IN023703 e condicionantes 3, 4, e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI nº IN024202 (GASODUTOS); (vii) condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB”; A PETROBRAS, no item 5.1.11.1 da cláusula segunda, comprometeu-se “(...) para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 supra com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, **em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC**. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF”; O INEA, no Parágrafo Primeiro da cláusula terceira, obrigou-se ao “(...) cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes da presente cláusula implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009”; A PETROBRAS, no Parágrafo Segundo da cláusula terceira, comprometeu-se “(...) o valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula (Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na

estratégias para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapi-Grande Vida, **até o prazo de 30/12/2021**”.

5) PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165 - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) apoiar financeiramente o Município de Cachoeiras de Macacu na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seu respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSBs, no valor (...) de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para o município citado, a ser depositado conta judicial específica, sendo certo que sua liberação ao município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC”.

6) PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161 – Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiçu e Macacu, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R\$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região”; A PETROBRAS, no Parágrafo Terceiro da cláusula terceira, comprometeu-se aos “(...) valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) **o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela**, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos**, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação”; O SEAS/INEA, no Parágrafo Quarto da cláusula terceira, comprometeu-se a “(...) SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF”.

4) PA 163/2019 - MPRJ 2019.00987778 - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...) de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, **até 30/12/2021**; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ **até 30/12/2021**; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas

7) PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160 – Apurar o o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo, mediante o depósito, em conta judicial, de R\$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

Diante dos objetos de cada procedimento acima elencados, verifica-se que o auxílio ora pleiteado tem o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática do auxílio solicitado, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.415/21.

P. Deferimento.

Itaboraí, 11 de maio de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONÇALVES
VERAS
GOMES.089138537
10
Assinado de forma digital
por TIAGO GONÇALVES
VERAS
GOMES.089138537
Data: 2021.05.11
17:49:27 -03:00



Ref.: PA 150/2019 (MPRJ 2019.00977739); PA 152/2019 (MPRJ 2019.00978517); PA 162/2019 (MPRJ 2019.00978781); PA 163/2019 (MPRJ 2019.00978778); PA 53/2020 (MPRJ 2020.00174165); PA 57/2020 (MPRJ 2020.00174161); PA 58/2020 (MPRJ 2020.00174160)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Itaboraí

Requerimento de auxílio feito pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí – Encaminhamento, para fins de auxílio consentido, de procedimentos instaurados para acompanhar o cumprimento de diversas obrigações previstas em Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro no bojo da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023 e das ações civis públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV) – Previsão de cláusulas que tratam de questões como: elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESH); reflorestamento em larga escala na bacia dos rios Guapiaçu e Macacu, responsável pelas contribuições para o Sistema Imunana-Laranja, que abastece mais de 2 milhões de pessoas; projetos de restauração ecológica orientados por Soluções Baseadas na Natureza (SbN) - Especial relevância na condução do caso, em auxílio consentido, pelo Grupo Temático Temporário de Segurança Hídrica. Manifestação no sentido do deferimento do auxílio.



Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro.”

- (II) **PA 152/2019:** apura o cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 4º da cláusula primeira; nos itens 3 (ii), 3.1(a) e 5.2.5.1 da cláusula segunda; item 6.3 da cláusula terceira do TAC; parágrafo primeiro e parágrafo terceiro da cláusula quarta do TAC supramencionado, os quais preveem: A PETROBRAS, no Parágrafo Quarto da cláusula primeira, obrigou-se a “(...) após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação”; A PETROBRAS, no item 3 (ii) da cláusula segunda, obrigou-se a “(...) depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (ii) R\$ 131.952.702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da



1 – **CONSIDERANDO** a criação, por intermédio da Resolução GPGJ nº 2.415/21, de Grupo Temático Temporário com o objetivo de promover iniciativas estratégicas e coordenadas para garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro;

2 – **CONSIDERANDO** que o referido Grupo tem o “objetivo estratégico de propiciar, por intermédio de instrumentos e providências judiciais e extrajudiciais, as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos” (Art. 1º da Res. GPGJ nº 2415/21);

3 – **CONSIDERANDO** as solicitações de auxílio em anexo, pela qual o d. Promotor de Justiça subscritor pugnou pela atuação consentida deste grupo nos procedimentos PA 150/2019, PA 152/2019, PA 162/2019 e PA 163/2019, que têm por objeto acompanhar o cumprimento de diversas obrigações previstas no TAC celebrado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023, conforme se observa a seguir:

- (I) **PA 150/2019:** Apura o cumprimento da obrigação descrita no item 2, da cláusula segunda do TAC supramencionado, a qual possui a seguinte redação: (...) depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de



proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016; A PETROBRAS no item 3.1 (a) da cláusula segunda, comprometeu-se a “(...) a título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R\$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R\$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região (...);” A PETROBRAS no item 5.2.5.1 da cláusula segunda obrigou-se a “(...) eventual saldo de recursos decorrentes de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda”; O INEA no item 6.3 da cláusula terceira comprometeu-se (...) a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo primeiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização “(...) dos valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo terceiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização “(...) o estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região.

Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.”

- (III) **PA 162/2019:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11 e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda; nos parágrafos 2º, 3º e 4º da cláusula terceira do TAC supramencionado, os quais possuem a seguinte redação: A PETROBRAS, no item 5.1.11) Em relação à condicionante 8.4, da cláusula segunda, obrigou-se a “ (...) (i) **Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) **obrigação de restaurar 5.005,8 ha**, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI Nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da LI Nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da LI Nº IN023703 e condicionantes 3, 4 e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI Nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI Nº IN024202 (GASODUTOS); (vi i) condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (vi i

i) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB”; A PETROBRAS, no item 5.1.11.1 da cláusula segunda, comprometeu-se “ (...) para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 supra com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF”; O INEA, no Parágrafo Primeiro da cláusula terceira, obrigou-se ao “ (...) cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes da presente cláusula implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009 ”; **A PETROBRAS, no Parágrafo Segundo da cláusula terceira, comprometeu-se “ (...) o valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula (Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região”; A PETROBRAS, no Parágrafo Terceiro da cláusula terceira, comprometeu-se aos “ (...) valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda i tem 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da**

Implantação”; O SEAS/INEA, no Parágrafo Quarto da cláusula terceira, comprometeu-se a “ (...) SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda i tem 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF”.

- (IV) **PA 163/2019:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC supramencionado, que possui a seguinte redação: **A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...) de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiacu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021”.**

4 – **CONSIDERANDO** que também foi solicitado o auxílio deste Grupo Temático Temporário nos procedimentos que acompanham o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), conforme se observa a seguir:

- (I) **PA 53/2020:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sexta do TAC acima mencionado, que prevê A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) **apoiar financeiramente o Município de Cachoeiras de Macacu na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na**

execução (limitado ao valor recebido) de seu respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSBs, no valor (...) de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para o município citado, a ser depositado conta judicial específica, sendo certo que sua liberação ao município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC”.

- (II) **PA 57/2020:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC mencionado acima, o qual prevê: a PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) **apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiacu e Macacu, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R\$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.**
- (III) **PA 58/2020:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC acima mencionado, o qual prevê: A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) **apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo, mediante o depósito, em conta judicial, de R\$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.**

5 – **CONSIDERANDO**, com base na leitura das cláusulas acima, que os procedimentos são marcados por circunstâncias comuns, dentre as quais devem ser

**MPRJ**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

destacadas: (1) as obrigações atribuídas aos compromissários se relacionam, direta ou indiretamente, com a **segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na porção leste da Baía de Guanabara**; (2) o cumprimento das obrigações importará não apenas na adoção de soluções de engenharia cinza, mas, também, na adoção de soluções baseadas na natureza ("engenharia verde"), como reflorestamento e conservação de coberturas florestais, **medidas que contribuem sobremaneira para a regularização da vazão dos corpos hídricos utilizados no abastecimento público**; (3) as obrigações foram organizadas em "etapas" do cumprimento dos TACs que estão sistemática e cronologicamente relacionadas, de modo que o acompanhamento conjunto de todas elas pode aumentar a efetividade da fiscalização exercida pelo *Parquet*; (4) as obrigações assumidas pelos compromissários envolvem significativo volume de investimentos, o que indica a importância estratégica do acompanhamento promovido nesses procedimentos;

6 – **CONSIDERANDO** a correlação e sinergia (territorial e finalística) desses procedimentos com a ACP nº 0236902-67.2017.8.19.0001 ("ACP Imunana Laranjal"), na qual o MPRJ pede que ao INEA seja determinada a adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade socioambiental da bacia hidrográfica em que se situa o Complexo Imunana Laranjal, responsável pelo abastecimento dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói e da Ilha de Paquetá, bem como que essa ação será conduzida, em auxílio consentido, por este Grupo Temático Temporário;

7 – **CONSIDERANDO**, no que diz respeito ao balanço hídrico da região tutelada pelos TACs e pela ACP acima, que, conforme foi consignado na petição inicial desta:

(...) Não podemos ignorar, por exemplo, o teor do Ofício INEA/DIGAT nº 090/15, donde se extrai: "segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o sistema Imunana-Laranjal disponibiliza 5,5 m³/s para atender à demanda de 7,7 m³/s dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, isto é, a vazão disponível hoje já não atende à demanda instalada". E, em seguida, traz um prognóstico nada animador, e que nos exorta ainda mais a não apenas preservar, como especialmente incrementar a qualidade ambiental da bacia hidrográfica ocupada pelo 'sistema Imunana': "o Plano Estadual aponta que, num cenário tendencial, a demanda hídrica para abastecimento urbano no ano de 2025 será de 3m³/s no município de Niterói e

**MPRJ**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de 0,2 m³/s no município de Maricá. A estimativa de demanda para os três municípios atendidos pelo sistema Imunana-Laranjal (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) é estimada em 11,7 m³/s."

8 – **CONSIDERANDO**, portanto, que os objetos dos procedimentos em questão coadunam-se com o escopo de atuação e objetivos do Grupo criado pela Resolução GPGJ nº 2415/21, na medida em que tutelam qualitativamente os mananciais da bacia Guapi-Macacu e, dessa forma, são fundamentais para o atingimento de padrões adequados de segurança hídrica na Região Hidrográfica V (Baía de Guanabara);

9 – Manifestamo-nos, pela presente, no sentido do **DEFERIMENTO DA PRESTAÇÃO DO AUXÍLIO** consentido pelo Grupo Temático Temporário de Segurança Hídrica nos procedimentos em referência, submetendo esta promoção para análise da Coordenadoria-Geral de Atuação Coletiva Especializada, na forma preconizada pelo art. 5º, I, da Resolução GPGJ nº 2401/21.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.

José Alexandre Maximino Mota

JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA

Promotor de Justiça

Coord. do GTT Seg. Hídrica

GISELA PEQUENO GUIMARÃES CORREA

Promotora de Justiça

Ass. do GTT Seg. Hídrica



DE 13.05.2021

Designa o Promotor de Justiça **JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA** para prestar auxílio à 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital, especificamente nos Procedimentos Administrativos MPRJ nºs 2017.01276585, 2017.01276582, 2017.01276592, 2017.01152050, 2018.00228502 e 2018.00528603, a partir do dia 14 de maio de 2021 e até ulterior deliberação, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público. (Processo SEI nº 20.22.0001.0018916.2021-92).

Indica o Promotor de Justiça **VLADIMIR RAMOS DA SILVA** para prestar auxílio à 195ª Promotoria Eleitoral – Teresópolis, no dia 14 de maio de 2021, especificamente para realização das audiências, sem prejuízo de suas demais atribuições.

DE 14.05.2021

Designa o Procurador de Justiça **GUILHERME EUGÊNIO DE VASCONCELLOS** para atuar na 3ª Procuradoria junto à 4ª Câmara Criminal e 2º Grupo de Câmaras, no período de 17 a 26 de maio de 2021, em razão das férias da Procuradora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa a Promotora de Justiça **DENISE DE MATTOS MARTINEZ GERACI** para atuar na Promotoria de Justiça de Família, da Infância e da Juventude de Nova Friburgo, no período de 12 a 31 de maio de 2021, em razão do afastamento do Promotor de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa o Promotor de Justiça **HENRIQUE PAIVA ARAÚJO** para atuar na 2ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Campo Grande, no período de 13 a 20 de maio de 2021, em razão da licença por luto do Promotor de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Torna sem efeito a designação do Promotor de Justiça **HENRIQUE PAIVA ARAÚJO** para atuar na 1ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Campo Grande, no período de 13 a 20 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **DANIELA CARAVANA CUNHA VAIMBERG** para atuar na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, no período de 10 a 13 de maio de 2021.

Designa a Promotora de Justiça **DANIELA CARAVANA CUNHA VAIMBERG** para prestar auxílio à Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, no período de 10 a 13 de maio de 2021.

Designa as Promotoras de Justiça **DENISE PIERI PEÇANHA PITTA e MAYRA PINTO GUIMARÃES COSTA OLIVEIRA DE VASCONCELOS** para substituírem-se reciprocamente nos plantões dos dias 15 e 22 de maio de 2021, na Comarca da Capital.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **ANGÉLICA MOTHÉ GLIOCHE GASPARRI** para atuar na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Madureira, no período de 17 a 31 de maio de 2021.

Designa os Promotores de Justiça **ALEXEY KOLOUBOFF e BRUNO DE FARIA BEZERRA** para atuarem na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Madureira, no período de 17 a 31 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação do Promotor de Justiça **BRUNO DE FARIA BEZERRA** para prestar auxílio à 1ª Promotoria de Justiça Junto ao I Tribunal do Júri da Capital, no período de 14 a 18 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **PATRÍCIA Wajnbergier Chalom** para atuar no Projeto Justiça Itinerante de Vila de Cava, no mês de abril de 2021.

Designa a Promotora de Justiça **PATRÍCIA Wajnbergier Chalom** para atuar no Projeto Justiça Itinerante de Vila de Cava, no mês de maio de 2021, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público.

Faz cessar, com eficácia a contar de 1º de junho de 2021, os efeitos do ato publicado no Diário Oficial de 30 de abril de 2021, que designou o Promotor de Justiça **VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** para exercer a função de Assessor da Secretaria-Geral de Planejamento Institucional.

I DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL DE ATUAÇÃO COLETIVA ESPECIALIZADA

DE 14.05.2021

Processo SEI nº 20.22.0001.0019918.2021-04 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0020811.2021-46 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0017853.2021-81 - GAECO - Defiro.



Processo SEI nº 20.22.0001.0016753.2021-02 - GAECO - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0016604.2021-48 - GAECO - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0016143.2021-79 - GAECO - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0017854.2021-54 - GAECO - Indefiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0019813.2021-26 - GAECO - Indefiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0020139.2021-51 - GAESF - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0020127.2021-84 - GAESF - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0021223.2021-77 - GAESF - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0021457.2021-64 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0021422.2021-39 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0021411.2021-45 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.
Processo SEI nº 20.22.0001.0021182.2021-20 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.

EDITAIS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONCURSO DE REMOÇÃO DE GABINETE

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 4º da Resolução GPGJ nº 1.113, de 16 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução GPGJ nº 1.135, de 04 de abril de 2003, FAZ SABER aos Procuradores de Justiça que estará aberto, por 5 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do presente edital, o prazo para apresentação de requerimentos de **REMOÇÃO** aos gabinetes abaixo identificados.

O requerimento deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico **caai.procuradores@mprj.mp.br**, indicando no corpo da mensagem a ordem de preferência do gabinete desejado. O concurso de remoção será decidido pelo critério de antiguidade dos postulantes na classe, consoante o disposto no art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.113/2002, e os resultados serão divulgados, no dia 24 de maio, por mensagem de e-mail do Centro de Apoio Administrativo e Institucional dos Procuradores de Justiça (CAAI), sem prejuízo de permanecerem ainda à disposição dos interessados no gabinete da Coordenação do CAAI.

- **Gabinete nº 215**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Maria Célia Gonzaga da Igreja.
- **Gabinete nº 306**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Maria Christina Pasquinelli Bacha Almeida.
- **Gabinete nº 515**, vago em virtude da remoção da Procuradora de Justiça Maria da Glória Guarino de Oliveira Lucas para o gabinete 324.
- **Gabinete nº 720**, vago em virtude da remoção do Procurador de Justiça Marcelo Daltro Leite para o gabinete 211.
- **Gabinete nº 807**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Dalva Pieri Nunes.
- **Gabinete nº 818**, vago em virtude da remoção da Procuradora de Justiça Patrícia Mothé Gliocche Béze para o gabinete 717.

CONCURSO PARA INVESTIDURA EM PROMOTORIAS ELEITORAIS

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** FAZ SABER aos Promotores de Justiça que, nos termos da Resolução Conjunta GPGJ/PRE Nº 17, de 1º de outubro de 2020, estará aberto o prazo para apresentação de requerimentos para investidura temporária nas Promotorias Eleitorais abaixo indicadas, no período de **01 de junho de 2021 a 30 de novembro de 2021**, iniciando-se as inscrições a 0h do dia 17 de maio de 2021 (segunda-feira) e encerrando-se às 23h59min do dia 21 de maio de 2021 (sexta-feira).

As indicações resultantes do presente edital serão para completar o biênio fixo (2019/2021), não importando em alteração na lista de antiguidade em matéria eleitoral, em conformidade com o art. 4º, § 4º, da Resolução Conjunta GPGJ/PRE nº 17/2020.



MPRJ 2019.00978778

Termo de Conclusão

Sirvo-me do presente para registrar a abertura de vista ao Dr. José Alexandre Maximino Mota, Coordenador do GTT-SH, em razão do deferimento da prestação de auxílio consentindo por este grupo temático.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2021

Caio Senise A. N. da Silva
Caio Senise Amorim Nunes da Silva
Assessor Jurídico do GTT-SH/MPRJ
Mat. 9052

- 1- Bate do ocorrido.
- 2- Na esteira dos demais procedimentos em curso no GTT-SH, proceda-se à digitalização do presente procedimento, transmitindo-o, futuramente, por meio eletrônico (com os cantos de frase e determinações regulamentares).
- 3- Sem prejuízo, e a partir dos endereços eletrônicos constantes de fl. 128,

⇒ Organizar Reunião com a Petros, no
dia 23/11, às 13h, para tratar do cumprimento
(atualizado) da cláusula 5.1.11.2 do TAC
ComFERV.

Convidar, igualmente, o INEA (via courier)
e a SEAS (via courier) para a referida reunião.

Yotunir o e-mail respectivo com cópias de fls.
27, 28, 94/94-V, 107/108 e 129/130 - Verso.

Confirmada a reunião (copiar a ^{2ª} PTC - Itaboraí no
e-mail), salvar na agenda virtual do GTT-SH
e: salvar o cumprimento de TP do GATE (exp. 1
biologia e engenharia florestal); compartilhar o link com
os interessados e a PETROBRAS.

L. C. de Jesus, 03/11/2021

José Alexandre Maxir
Promotor de